Coordenadora Juliana Batistela Guimarães de Alencar

VIII ENPEJUD:

Sobrecarga no Direito e excesso de demandas no Judiciário: o problema ético e as dificuldades com a resolução de conflitos no Brasil – causas e alternativas



Rua Cônego Machado 1061, Farol, Maceió -Alagoas – Brasil CEP 57021-160

Tel. (082) 2126 – 5363/5399 Home Page: www.esmal.tjal.jus.br

Catalogação na fonte Mirian Ferreira Alves – CRB-4: 2.131

Normalização: Leandra Graziela Pereira da Silva– Estagiária Josilene Tavares da Silva – Estagiária

> Editoração e diagramação: Mirian Ferreira Alves

Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (8.2024: Maceió, AL).

VIII Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD: Sobrecarga no Direito e excesso de demandas no Judiciário: o problema ético e as dificuldades com a resolução de conflitos no Brasil – causas e alternativas: anais [recurso eletrônico]. Juliana Batistela Guimarães de Alencar (Coord.). Maceió, AL: Escola Superior da Magistratura de Alagoas, ESMAL, 2024.

ISBN: 978-65-993284-2-8

Tema: Sobrecarga no Direito e excesso de demandas no Judiciário: o problema ético e as dificuldades com a resolução de conflitos no Brasil – causas e alternativas

1. Direito – Pesquisa. 2. Direito – Encontros. I. Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (8. : 2024: Maceió, AL)

CDD: 340.08



DIRETOR-GERAL Desa. Elisabeth Carvalho Nascimento

COORDENADOR GERAL DE CURSOS Juiz Alberto Jorge Correia de Barros Lima

COORDENADORA DE CURSOS PARA SERVIDORES Juiz Helestron Costa

COORDENADORADE CURSOS PARA MAGISTRADOS Juiz André Luis Parízio Maia Paiva

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS Juíza Carolina Sampaio Valões da Rocha Coelho

COORDENADOR DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA Juíza Juliana Batistela Guimarães de Alencar

COORDENADORA PEDAGÓGICA Camila Barros dos Santos

SECRETÁRIO EXECUTIVO Rafael Ribeiro de Albuquerque

COORDENADORA DO VIII ENPEJUD Juíza Juliana Batistela Guimarães de Alencar

AVALIADORES DO VIII ENPEJUD

Anderson Santos dos Passos
André Luís Parízio Maia Paiva
Carolina Sampaio Valões da Rocha
Denarcy Souza e Silva Júnior
Joyce Araújo Florentino
Lívia Maria Mattos Melo Lima
Marizângela Melo Vasconcelos
Nathália de Lima Catão
Thiago Chacon
Vinícius Garcia Modesto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
Juliana Batistela Guimarães de Alencar
GRUPO 1: HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA, DIREITO
CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO ELEITORAL
OS OBSTÁCULOS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL NO
TOCANTE ÀS QUESTÕES DE IDENTIDADE DE GÊNERO: ANALISANDO O
JULGAMENTO DA ADI 4.275-DF SOB O PRISMA CONSTITUCIONAL, ÉTICO E
SÓCIO FILOSÓFICO
Lana Lisiêr de Lima Palmeira
Matheus Moura Ferreira
A MATRIX NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E
ALTERNATIVAS
Elenita Araújo e Silva Neta
Hugo Augusto Araújo Silva
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: ANÁLISE DOS PROCESSOS MOVIDOS NA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS EM MACEIÓ E PROPOSTAS
PARA A SUA REDUÇÃO EM COOPERAÇÃO COM O NIJUS-NÚCLEO
INTERINSTITUCIONAL DE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE DE MACEIÓ
Fernanda Karoline Oliveira Calixto
Tuiane Pereira da Rocha Silveira
Sonia Maria Leandro de Lima
DISPOSITIVOS LEGAIS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA E A
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE KARAPOTÓ TERRA
NOVA
Darlla Vicente da Silva
Sandro Henrique Calheiros Lobo
Fabiano Lucio de Almeida Silva

A SOBRECARGA DO DIREITO E A EXCESSIVA JUDICIALIZAÇÃO DE	
DEMANDAS SOBRE CONCURSOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS)
PARA AÇÕES JUDICIAIS DE CANDIDATOS APROVADOS FORA DAS VAGAS	
DO EDITAL DO CONCURSO – TEMA DE N.º 683 DO STF	
Nayanne Lays de Oliveira Lima	19
O ESTADO À SOMBRA DOS ALTARES: LAICIDADE E INFLUÊNCIA RELIGIOS	A
NA POLÍTICA BRASILEIRA	
Orlando Rocha Filho9)8
A HIPERJUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE SEGURIDADE SOCIAL NO	
BRASIL: O CONTÍNUO AUMENTO DAS DEMANDAS PREVIDENCIÁRIAS NO	
ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL FRENTE AO DESCASO DA ADMINISTRAÇÃO)
PÚBLICA E OS IMPASSES IMPOSTOS AO PLENO DIREITO À CIDADANIA	
Carlos Eduardo de Oliveira Costa	8
ACESSO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICO: ANÁLISE LEGAL E	
JURISPRUDENCIAL DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO	
REGIONAL SOB A PERSPECTIVA DA RACIONALIZAÇÃO JURÍDICA	
Jadson Sabino Santos	
Camilly Christine Almeida de Azevedo Pantaleão Cordeiro	
Anne Gabrielly Macedo Silva	36
GRUPO 2: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
A POSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO NEGOCIAL DO INVENTARIANTE N	o
INVENTÁRIO JUDICIAL	
Gabriella Diniz Veloso15	52
A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS E	М
FACE DA PRÁTICA DE LINCHAMENTO VIRTUAL POR PARTE DE SEU	S
USUÁRIOS	
Camilly Christine Almeida de Azevedo Pantaleão Cordeiro	
Anne Gabrielly Macedo Silva	
Jadson Sabino Santos	72
DO PROBLEMA AO PROCESSO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE A	
PARTIR DO CASO BRASKEM E SEUS REFLEXOS NO ODS Nº 16	
Layse Bezerra Alencar18	34

OS DESAFIOS JURÍDICOS DO RECONHECIMENTO DA DUPLA MATERNIDA	DE
EM CASOS DE INSEMINAÇÃO CASEIRA	
Fannyelaisa Alves de Oliveira Costa	203
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA DE IDENTIFICAÇÃO	DA
LITIGÂNCIA PREDATÓRIA	
José Mateus da Silva Tenório	220
A FAZENDA ESTADUAL E A AUTOCOMPOSIÇÃO	
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇ	ÃO
ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTA	DO
DE ALAGOAS COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	
Christian Alex Pereira Costa	233
"JUSTIÇA EFETIVA": UMA ALTERNATIVA AO CONGESTIONAMEN	TO
PROCESSUAL NO JUDICIÁRIO ALAGOANO	
Marta Diana Lucindo Tenório	245
A GESTÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	NO
TRATAMENTO ISONÔMICO AO JURISDICIONADO	
Angélica Cristina Saphier dos Santos	
Natalie Cristine de Santana Barbosa Farias	264
OS PRECEDENTES JUDICIAIS COMO FERRAMENTA DESEGURANÇA JURÍDICA E ECONOMIA DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Carlos Abrahão Maia Gomes de Moura	280
A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO E O SISTEMA MULTIPORTAS NO BRASIL: PARADOXO ENTRE A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E A CONTINUIDADE DA INEFICIÊNCIA DOS MEIOS UTILIZADOS	O
Eduardo Soares	291

GRUPO 3: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

A MENÇÃO DO FATO CRIMINOSO NA PROCURAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO PENAL PRIVADA: UMA DISCUSSÃO PELAS PERSPECTIVAS DO RÉU E DO OFENDIDO

Bruno Eloi Balbino

Eduardo Soares dos Santos
Martin Ramalho de Freitas Leão Rego
INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL: ANÁLISE
QUANTO ÀCONSTRUÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO EM CASOS DE
LEGÍTIMA DEFESA E ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL À LUZ DO
PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
Maria Victória Menezes de Mesquita
Hygor Basílio de Lima do Valle
GRUPO 4: ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA: AS NOVAS FERRAMENTAS
TECNOLÓGICAS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO. MEIOS
CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
A VIABILIDADE DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CAMPO JURÍDICO: BENEFÍCIOS E DESAFIOS ÉTICOS
Edinelli Conte Ribeiro de Oliveira
Maria Isadora Bomfim Paz
A VIABILIDADE DA ARBITRAGEM COMO MECANISMO DE DESCONGESTIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO
Maísa Campos Bezerra
Mariana Wanderley Arraes
Trianala Transferrey Firmes
GRUPO 5: FILOSOFIA DO DIREITO E ÉTICA
AS DEMANDAS PREDATÓRIAS COMO FATOR DE VIOLAÇÃO ÉTICA AO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃODO PROCESSO
Isabelle da Silva Mendes
LUTAS SOCIAIS DAS MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL: UMA
PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR
Aline de Fátima Silva Nunes
Angélica Cristina de Melo Bezerra
Maria Juliana Dionisio de Freitas
RESOLUÇÃO Nº 135/2011 DO CNJ: A BÚSSOLA ORIENTADORA DA ÉTICA
PARA A MAGISTRATURA

Ivana Attanasio Andrade	
Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro	
Mariana Valente de Lima Mendonça Costa	380
GÊNERO E JUSTIÇA: ANALISANDO A PARTICIPAÇÃO FEMININA	NO
JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Maria Eduarda do Amaral Nunes	
Aline de Fátima Silva Nunes	396